



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001680-66.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Liminar**
 Requerente: **VIRGINIA APARECIDA DE GODOY PAGOTO**
 Requerido: **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS - SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, ajuizada por **VIRGÍNIA APARECIDA DE GODOY PAGOTO** contra a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** e **DIÓGENES GARCIA GONÇALVES**, aduzindo, em síntese, que seu imóvel faz divisa aos fundos com um terreno de propriedade de Diógenes e que este não cuida do bem, deixando-o com mato alto, móveis, veículos e trailer sucateados, o que atrai marginais, ratos, aranhas, répteis e mosquitos. Aduz que a Prefeitura de São Carlos é negligente, pois não exerce seu poder/dever de polícia e não cobra providências do co-requerido Diógenes.

Pela decisão de fls. 22/23, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela, determinando-se ao requerido Diógenes a limpeza de seu terreno, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50,00 e ao Município de São Carlos que procedesse à vistoria no imóvel do corréu Diógenes, fiscalizando eventuais irregularidades.

Citados (fls. 29), o corréu Diógenes quedou-se inerte, tendo o Município de São Carlos apresentado contestação fora do prazo legal (fls. 45).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido merece acolhimento.

O Município apresentou contestação intempestiva e o requerido Diogenes deixou de apresentar contestação, fazendo presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial. A presunção decorrente da revelia é relativa. Contudo, na hipótese vertente, foi confirmada pelas provas produzidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Com efeito, as fotos que acompanham a inicial, bem como as vistorias realizadas comprovam que o imóvel efetivamente necessita de limpeza.

O Município comprova que encaminhou notificação a Diógenes e informa que, não obstante, conforme vistoria realizada (fls. 44), a limpeza não foi realizada, tendo sido emitido Auto de Infração.

O próprio Município confirma que há lei municipal (12.902/01, alterada pela Lei 14.332/07) fixando como obrigação do proprietário a limpeza do terreno, podendo o Município efetuar o serviço e cobrar dele, no caso de inércia.

Embora tenha notificado o proprietário, não realizou o serviço, mesmo após a sua inércia, deixando o autor e demais vizinhos sujeitos a riscos, pois, com o mato crescido e o depósito de veículos e trailer sucateados no local, pode ocorrer a atração de marginais, bem como ratos, aranhas, répteis e mosquitos, demonstrando atitude negligente, que precisa ser corrigida.

Tem o ente público o dever de fiscalizar e exercer o poder de polícia quando necessário, bem como de evitar o fator de risco à população.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e procedente o pedido, para o fim de condenar os requeridos a efetuar a limpeza do terreno, convalidando a antecipação da tutela, apenas com o acréscimo de que o Município tem o prazo de 30 dias para efetuar a limpeza, caso não tenha sido feita pelo proprietário.

Condeno os requeridos, solidariamente, a arcar com as custas, na forma da lei e honorários advocatícios, fixados, por equidade em R\$ 700,00 (setecentos reais).

P R I C

São Carlos, 04 de agosto de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA